

Introdução:

100 Anos de George Orwell

Os grandíssimos autores, mesmo desaparecidos há séculos, são nossos contemporâneos. Só os escritores medíocres pararam no tempo e no espaço que ocuparam em vida.

J. V. Pina Martins, *Utopia III*

No sentido definido por Pina Martins no excerto em epígrafe, George Orwell (nascido Eric Blair em 1903) é um autor bem nosso contemporâneo. Embora seja detectável na sua vastíssima obra a influência de contextos históricos definidos e datáveis, permanece actual o seu olhar crítico sobre o cinismo da cena política e a forma inteligente como lidou com a questão da liberdade, expondo a estupidez de todo o tipo de submissão. É esse olhar crítico e denunciador que informa a perspectiva que hoje apelidamos de “orwelliana”. A influência do pensamento de Orwell faz-se hoje sentir nos neologismos criados por analogia com o *Newspeak* de *Nineteen Eighty-Four* (citem-se, a título de exemplo, algumas palavras que se tornaram mais ou menos correntes em inglês, sendo muitas vezes empregues com intenção irónica ou depreciativa: “double-speak”, “femspeak”, “computerspeak”, “bizspeak”, “womenslibspeak”, “bureaucraspeak”); e faz-se também sentir no descrédito de verdades aceites pelo senso comum – processo ilustrado de forma exemplar na fábula política *Animal Farm*, onde se encontra a máxima com valor satírico de que “Todos os animais são iguais mas há animais que são mais iguais do que outros”.

Embora se tenha assumido como um escritor político apenas após a sua participação na Guerra Civil Espanhola, a simpatia pela causa dos oprimidos fez-se já sentir nos primeiros romances de Orwell, como *Burmese Days* (1934) e *The Road to Wigan Pier* (1937). Os seus dois romances mais conhecidos, *Animal Farm* (1945) e *Nineteen Eighty-Four* (1949), consagraram-no como o autor que mais explicitamente denunciou a opressão do regime comunista (e, por extensão, de todo o tipo de opressão), em prol de um pensamento socialista peculiar, inex-

tricável da grande tradição ocidental de humanismo e de racionalismo crítico, cujos fundamentos teóricos Orwell foi definindo, entre 1937 e 1950, numa vastíssima produção que cobre diferentes géneros: romance, ensaio, reportagem jornalística e palestra radiofónica.

A crítica acutilante a uma sociedade oprimida e fortemente vigiada pelo poder instituído como solução única para a implantação e a manutenção da ordem social é pertinente para a reflexão pública sobre a actualidade e a relevância do pensamento orwelliano no virar do milénio. Vivemos hoje, com efeito, numa “sociedade do *Big Brother*” – como lhe chamou José Pacheco Pereira na palestra que proferiu na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no âmbito do “Colóquio George Orwell”, realizado em 12 de Dezembro de 2003 –, uma sociedade em que o espaço privado se torna cada vez mais público e onde, em nome do direito à informação e de uma “liberdade” colectiva abusadora, a liberdade individual se tem visto diminuída, nomeadamente em consequência da “missão” vigilante que os média têm vindo a assumir. Por Orwell passa, ou pode passar, um caminho de resistência.

Os textos reunidos no presente volume exploram, de perspectivas diversas, a relevância da obra e do pensamento político de George Orwell, intelectual multifacetado, alerta, crítico, que definitivamente não parou no tempo e no espaço que ocupou em vida. São, nesse sentido, perspectivas contemporâneas do legado de um autor que é *nosso contemporâneo*.

* * *

O volume abre com o estudo “‘The Road from Mandalay’: Orwell e o Imperialismo”, onde Jacinta Maria Matos examina a evolução da atitude de Orwell para com o Império Britânico ao longo de perto de duas décadas, considerando tomadas públicas de posição, o jornalismo, o ensaísmo e a escrita de ficção, registos em que se encontrará reflectida a experiência pessoal (e, porventura, familiar) de participação na administração colonial. Munindo-se de instrumentos de análise actualizados da área dos Estudos Pós-Coloniais, Jacinta Maria Matos problematiza as categorias do Outro e do Eu – o colonizado e o colonizador – postas em jogo na escrita de Orwell, apontando implicações que nem sempre têm sido óbvias para críticos e para leitores comuns. É nomeadamente assinalado o facto de Orwell, que fora peça da engrenagem colonial e depois contestatário mais ou menos ingénuo do sistema, ter vindo a tomar consciência das ambiguidades inerentes ao problema do Império,

quer na construção da identidade do sujeito dominante, quer na do sujeito dominado. Esta evolução verifica-se entre textos como *Burmese Days* e “A Hanging”, numa primeira fase, e textos como *The Road to Wigan Pier* e “Shooting an Elephant”, numa fase posterior. O reconhecimento dessa maior complexidade terá sido correlativo não só de uma maturação pessoal e estética mas também, especificamente, da adopção de uma ideologia de esquerda. O autor manifesta, assim, sentimentos de culpa, mas também um renovado sentido de responsabilidade para com o Outro civilizacional e político. No ensaio *The Lion and the Unicorn*, escrito durante a Segunda Guerra Mundial, defende com veemência a autonomização política imediata da Índia, a caminho de uma independência a concretizar, desejavelmente, logo após o termo do conflito – sem todavia deixar de considerar reciprocamente vital que a Índia permaneça uma nação aliada do seu antigo colonizador. Orwell toma esta posição num quadro definido pelo declínio do Reino Unido como potência imperial e da sua conversão num estado socialista através de um processo “revolucionário” nacional. Desta forma, a solução que apresenta para a complexa problemática do Império, quer no plano interno, quer no plano internacional, mostra-se convergente com as suas preocupações políticas de fundo.

É também *The Lion and the Unicorn* que Elisabete do Rosário Mendes Silva toma como texto central para uma análise do pensamento político orwelliano, abarcando contudo na sua pesquisa uma série de outros. No seu estudo “O Socialismo de Orwell: Uma Nova Proposta Social em Plena Segunda Guerra Mundial”, Elisabete Silva ocupa-se sobretudo de situar as propostas políticas de Orwell no contexto formado pela evolução do socialismo e de movimentos aparentados, nomeadamente o cooperativismo e o sindicalismo, na Grã-Bretanha. Deste modo, Orwell é inserido numa linha de pensamento e de intervenção onde se encontram vultos como Robert Owen, William Lovett e William Morris, assim como o TUC, o Partido Trabalhista e outras organizações. Nesta perspectiva, Orwell surge como um pensador reformista, não radical, cuja intervenção combina um desejo de renovação das estruturas sociais e económicas, no sentido de um socialismo democrático e de um igualitarismo progressivo, com um apego à preservação de certos traços característicos da vida britânica.

O estudo de Adriana Martins, “Resistência à (Des)ordem do Mundo ou a Dimensão Ético-política da Escrita de George Orwell”, sublinha as dimensões epistemológica e ideológica da obra do autor britânico e centra-se na exploração que ele faz da fábula, enquanto subgénero literário,

para discutir temas sociais e políticos polêmicos. Denunciando a forma precipitada como *Animal Farm* foi encarado pela crítica coeva como um livro destinado ao público infanto-juvenil, Adriana Martins considera que esse texto de 1945 constitui um ponto de viragem na escrita orwelliana, um momento “de encontro do escritor com a sua própria voz”, realçando no texto o seu valor simultaneamente literário e programático.

Estabelecendo um diálogo intertextual entre *Animal Farm* e alguns dos ensaios mais representativos de Orwell (“The Prevention of Literature”, “Politics vs Literature”, “Notes on Nationalism” e “Why I Write”), Adriana Martins defende a tese de que, no enredo das ficções orwellianas dos últimos dez anos de vida do autor, as convicções políticas surgem mais nítidas, o que faz com que também na fábula ecoe o Orwell ensaísta. Na leitura proposta por Adriana Martins, alegoria e produção ensaística convergem pois na resistência orwelliana à desordem do mundo, e é precisamente nessa convergência que se torna clara a dimensão ético-política da obra do escritor britânico. É esta dimensão que Adriana Martins reconhece como transtemporal, capaz de traduzir as nossas perplexidades perante os paradoxos dos regimes totalitários que ainda subsistem neste dealbar do terceiro milénio.

No estudo “Recordando *Animal Farm* e *Nineteen Eighty-Four*: Notas sobre o Anti-utopismo de George Orwell”, Sofia Sampaio começa por afirmar que os dois romances mais conhecidos do escritor britânico só poderão ser compreendidos à luz das circunstâncias históricas em que foram redigidos, isto é, no limiar da Guerra Fria. Partindo desta premissa, Sofia Sampaio formula como hipótese de trabalho a ideia de que *Nineteen Eighty-Four* não deve ser lido como um romance anti-utópico mas como uma distopia, emergindo do movimento positivo que implica toda a crítica construtiva.

Para a discussão da hipótese de trabalho assim definida, Sofia Sampaio passa em revista a fortuna crítica das duas obras de Orwell. Em relação a *Animal Farm*, que tem por pano-de-fundo óbvio a Revolução Russa, Sofia Sampaio tenta identificar a verdadeira intenção da sátira: constituirá a obra uma reflexão irónica apenas sobre o caso russo ou estender-se-á esse juízo crítico a toda e qualquer revolução? A resposta à questão passará sempre, como a autora demonstra no seu texto, pela consideração de uma questão correlata e igualmente complexa: encontramos em *Animal Farm* uma crítica à utopia ou à forma como as visões utópicas deixam de ser acarinhadas logo após os momentos revolucionários?

Na perspectiva de Sofia Sampaio, *Nineteen Eighty-Four* coloca com mais acuidade as questões que haviam sido levantadas por *Animal Farm*. Alicerçando a sua argumentação na discussão informada dos conceitos de “anti-utopia” e de “distopia”, bem como na consideração de várias intervenções de Orwell sobre o próprio conceito de utopismo, Sofia Sampaio acaba por reconhecer em *Nineteen Eighty-Four* uma intenção distópica, recusando para o pensamento do escritor britânico o rótulo de “anti-utópico”.

Os textos de Maria do Rosário Lupi Bello e de Fátima Vieira são complementares, explorando dimensões diferentes da narrativa de *Nineteen Eighty-Four*. Em “*Nineteen Eighty-Four*: A História como Palimpsesto ou a Negação da Memória como Lugar do Eu”, Maria do Rosário Lupi Bello explora a dimensão temporal do romance distópico de Orwell, realçando a forma como nele os conceitos de tempo e de passado são formadores activos dos indivíduos e elementos determinantes da dinâmica social, devendo por isso ser encarados como “matéria viva do presente”. Examinando a lógica orwelliana de que quem controla o passado domina o presente e, por inerência, o futuro, Maria do Rosário Lupi Bello analisa o fenómeno da cristalização do passado nas memórias das personagens, por um lado (aquilo a que chama “memórias pessoais”), e na História constantemente reescrita pelo Estado do *Big Brother*, por outro (nas “memórias colectivas ou sociais”). Este tipo de aproximação à obra permite à autora evidenciar dois dos traços mais característicos do pensamento de Orwell. Em primeiro lugar, permite-lhe sublinhar a ideia de que a memória humana constitui o último reduto da consciência pessoal, dependendo da sua preservação o conhecimento que os indivíduos possam vir a ter de si mesmos e a sua capacidade para a autodeterminação. Em segundo lugar, possibilita-lhe explorar o tema – recorrente em outros textos do autor – de que, na vida política, todas as verdades estabelecidas carecem de constante verificação. Nesse sentido, a História só pode ser escrita sob o signo da verdade e da objectividade, sob pena de a Humanidade imergir num estado de amnésia facilmente controlável por todos quantos se encontrem no poder.

No estudo “*Nineteen Eighty-Four*: Contributos para uma Abordagem Espacial da Distopia Orwelliana”, Fátima Vieira começa por salientar a forma como, ao longo da tradição de literatura utópica inglesa, os conceitos de tempo e de espaço informaram diferentes perspectivas e estratégias. Subscrevendo a ideia lançada por Michel Foucault de que a modernidade é a *era do espaço*, devendo a tradicional

abordagem diacrónica ser completada por uma análise sincrónica dos *espaços de simultaneidade* em que vivemos, Fátima Vieira examina, a nível teórico, as consequências da recente intersecção dos Estudos sobre o Espaço com os Estudos sobre a Utopia. Munida de ferramenta conceptual definida na área da Geografia (nomeadamente no âmbito dos “Spatiality Studies” que nos últimos anos conheceram franco desenvolvimento, sobretudo nos E.U.A.), a autora desenvolve a hipótese de trabalho de que o carácter distópico de *Nineteen Eighty-Four* se deve primordialmente ao controlo, por parte do Estado do *Big Brother*, de todos os espaços, desde os espaços físicos e sociais aos espaços mentais. Fátima Vieira desenvolve o seu argumento recorrendo a passos de *Nineteen Eighty-Four*, acompanhando todo o processo de invasão e domínio, por parte do *Big Brother*, do espaço inicialmente ocupado pelo protagonista do romance, Winston Smith. A autora sublinha por fim que a importância na obra do conceito de espaço é tal que o próprio conceito de tempo nele acaba por se diluir, já que a conquista do tempo, por parte do Estado do *Big Brother*, acaba por tomar a forma de uma conquista espacial: o tempo passado existe apenas na memória e esta última deve ser entendida como um espaço que o *Big Brother* também acaba por conquistar.

O apontar de nexos autobiográficos mais ou menos disfarçados ou assimilados na escrita de ficção faz também parte do argumento desenvolvido por José Manuel Mota em “*Coming up for Air e The History of Mr. Polly*. Desejos de Utopia: Triunfos e Derrotas”, onde o autor efectua um confronto entre os textos de George Orwell e de H. G. Wells, respectivamente. José Manuel Mota toma o conceito de *utopia* de modo abrangente, abarcando os anseios de homens comuns, no seu viver quotidiano, de um estado de consciência e de realização de sentidos plenos para a sua existência. Esse percurso de realização pessoal passa, para os protagonistas das duas narrativas, pela assunção de um lugar que é *seu*, por encontrar um ponto de inserção feliz no todo de uma sociedade em que ambos os autores detectam uma certa mesquinhez ou, talvez melhor dito, uma certa tendência para amesquinhar o indivíduo numa vida rotineira que o não satisfaz e o não completa. Tanto George Bowling como Alfred Polly são homens de uma baixa classe média acoçada por dificuldades. São dominados por circunstâncias que não controlam, desde logo de natureza económica, e encontram-se presos a relações familiares das quais gostariam de poder libertar-se. Ambos adoptam uma atitude de desprendimento em relação à vida que levam. Para ambos apresentam os autores idílios com distintas ressonâncias literárias.

No caso da obra de Wells, após um conjunto de peripécias (e um bizarro lance de sorte), o protagonista vem a encontrar coragem para assumir uma posição firme perante a adversidade; a partir daí, parece encontrar uma oportunidade de plenitude, instalando-se na vida singela de uma estalagem. Nesta convicção de que se pode mudar o mundo, de que se pode construir a utopia, pelo menos naquela dimensão da vivência pessoal, difere o romance de Wells do de Orwell. Também o protagonista orwelliano vem a conceber uma hipótese de felicidade numa espécie de País de Cocanha, oferecido pela sua memória da terra da infância. Mas, quando ensaia o regresso, verifica que tudo mudou, que o lugar está irreconhecível – ao que não será estranho o (pseudo)progresso impulsionado por aquela mesma sociedade capitalista de que Bowling se procura evadir. A visita quase clandestina à terra-natal não só não fornece uma oportunidade consistente de realização pessoal como nem sequer constitui uma oportunidade de escapismo, tal é o desencanto da experiência.

Esperança, luta, desilusão, é este o trinómio em que, ao longo dos séculos, têm assentado os processos revolucionários que marcaram a nossa História. George Orwell reflectiu e fez-nos reflectir sobre a validade desses processos e, mais importante ainda, chamou a atenção para a indispensabilidade de, enquanto seres humanos, não nos alhearmos das nossas responsabilidades éticas e políticas.

Fátima Vieira
Jorge Bastos da Silva